



GT 62. Novos conservadorismos, populismos e liberalismos: perspectivas etnográficas

Coordenador(es):

Leticia Maria Costa da Nobrega Cesarino (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Piero de Camargo Leirner (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos)

A presente década tem sido marcada pela ascensão de lideranças políticas representando a chamada extrema ou nova direita, alt-right, entre outras denominações. É o caso de Donald Trump, nos Estados Unidos, e de Jair Bolsonaro, no Brasil. Esses atores têm realizado investidas no debate público, intensificando controvérsias e desafiando noções e categorias já canonizadas na epistemologia científica, política, social, filosófica e econômica, tais como “direitos” e “democracia”. Na literatura antropológica e de áreas afins, assim como na esfera pública mais ampla, esses processos têm sido abordados através das chaves analíticas dos “novos” conservadorismos, populismos e liberalismos, em autores como Jean e John Comaroff, Loic Wacquant, Wendy Brown, Melinda Cooper, Philip Mirowski, Ernesto Laclau, Chantal Mouffe, Judith Butler, Veena Das, Achille Mbembe, Bruno Latour, Nancy Fraser. O GT pretende oferecer um fórum para discussão de pesquisas antropológicas que vêm abordando essa constelação a partir de múltiplos ângulos, incluindo, mas não se limitando a: novas direitas, bolsonarismo, lavajatismo, cultura neoliberal, intervencionismo militar, terraplanismo, comunicação e mídias digitais, movimentos sociais, novas formas de ativismos, conservadorismo religioso, fake news e pós-verdade. Procuramos preferencialmente trabalhos de cunho etnográfico realizados no Brasil, ou em perspectiva comparada, mas consideraremos também pesquisas de outras ordens, e realizadas em outros países.

Corrupção, política e mobilização de igrejas evangélicas

Autoria: Marcos Otavio Bezerra (UFF - Universidade Federal Fluminense), Gabriela da Silva Moura (PPGS-UFF)

Propomos nesse work analisar as condições sociais que promovem a incorporação de narrativas sobre a corrupção e a atuação em nome do combate à corrupção entre grupos religiosos evangélicos. Em março de 2013, na Igreja Batista da Lagoinha, no estado de Minas Gerais, palavras ditas durante um culto a respeito da corrupção no Brasil passaram a ser difundidas por lideranças e veículos de comunicação evangélicos como proféticas. A autora das palavras foi a pastora americana Cindy Jacobs, que anunciou: “E assim diz o Senhor: eu vou transformar o Brasil, mas vocês precisam transformá-lo através dos seus joelhos primeiro. E assim diz o Senhor: é meu desejo abater o principado da corrupção”. As Jornadas de junho de 2013, apenas três meses após a fala da pastora, foram interpretadas pelo site de notícias Gospel Prime, um veículo de comunicação que atende distintas denominações evangélicas com cerca de 3.5 milhões de visualizações mensais como início da realização da referida profecia. Paralelamente ao posicionamento, digamos, mais público de lideranças evangélicas em relação ao tema da corrupção, identificamos no âmbito de entidades e igrejas evangélicas reflexões, narrativas e iniciativas menos visíveis organizadas em nome do combate à corrupção. Essas iniciativas criação de grupos, produção de material escrito e audiovisual, oferta de cursos, mobilizações e campanhas antecedem à Operação Lava Jato, ganham força durante as investigações conduzidas pela Operação e envolvem entidades internacionais e nacionais. O exame dessas iniciativas mostra, por um lado, como a ideia do combate à corrupção ganha espaço entre grupos evangélicos e, por outro, como estes contribuem para a difusão de certas narrativas sobre a corrupção. Menos do que em interpretações elaboradas sobre a corrupção a partir dos textos religiosos, interessa-nos aqui examinar as condições que favorecem a incorporação do tema da corrupção como uma preocupação de grupos evangélicos. Isto pode ser observado, por exemplo, através dos apoios concedidos, especialmente pelas



Igrejas Batistas, à proposta das 10 Medidas Contra a Corrupção. O work chama atenção, entre outros aspectos, para a importância das conexões internacionais na incorporação do tema da corrupção como preocupação simultaneamente religiosa e política de evangélicos, para o significado e as relações sociais produzidas em torno do tema da corrupção em um grupo social específico e para o modo como o tema da corrupção promove a inserção de segmentos evangélicos nos debates públicos nacionais.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: